



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

RESOLUÇÃO TRE/AL N.º 14.992

(17/12/2009)

Dispõe sobre o Planejamento Estratégico no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas no período de 2010 a 2014, e dá outras providências.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 70 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de março de 2009;

CONSIDERANDO a condução de um processo participativo na construção do planejamento, envolvendo a Presidência, a Diretoria-Geral, as Secretarias e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, com representação de todas as unidades do Tribunal,

RESOLVE:

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke extending to the left.

CAPÍTULO I
DA GESTÃO ESTRATÉGICA
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas para o período 2010-2014, consolidado no Plano Estratégico constante dos anexos desta Resolução, sintetizado nos seguintes componentes:

I – Missão: garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia;

II – Visão: consolidar a credibilidade da justiça eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança;

III – 16 (dezesesseis) objetivos estratégicos.

Art. 2º. Esta Resolução é composta pelos seguintes documentos:

I Parte: Apresentação;

II Parte: A Estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (2010-2014);

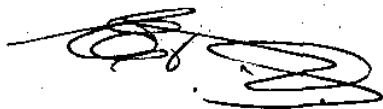
III Parte: Matriz de Indicadores e Metas;

IV Parte: Fichas de Projeto;

V Parte: Matriz de Priorização de Projetos.

CAPÍTULO II
DO PRAZO E DA FORMA DE IMPLANTAÇÃO

Art. 3º O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica assessorará a elaboração, implantação e gestão do planejamento estratégico.



CAPÍTULO III DO ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS

Art. 4º O acompanhamento dos resultados das metas fixadas será realizado pelo mesmo Núcleo mencionado no artigo anterior.

Art. 5º O Núcleo fica responsável por apresentar e discutir os resultados trimestralmente, a contar da publicação desta Resolução.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os indicadores estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução nº 70, de 18 de março de 2009 ficam assim divididos.

I – Adotados pelo TRE/AL no Planejamento Estratégico:

- a) Índice de confiança no Poder Judiciário;
- b) Índice de satisfação do cliente;
- c) Taxa de congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados);
- d) Índice de atendimento à demanda;
- e) Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados);
- f) Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais;
- g) Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário;
- h) Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder judiciário;
- i) Índice de parcerias estratégicas;
- j) Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na internet;
- k) Índice de capacitação nas competências estratégicas;

- l) Índice de alcance de metas;
- m) Índice do clima organizacional;
- n) Índice de satisfação com as instalações físicas;
- o) Índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia;
- p) Índice de disponibilidade de sistemas on-line; e,
- q) Índice de execução do orçamento disponibilizado.

II – Medidos pelo TRE/AL para o ÇNJ:

a) Produtividade do Magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados);

b) Índice de processos antigos;

c) Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços;

d) Índice de virtualização dos processos novos;

e) Índice de agilidade na publicação dos acórdãos;

f) Eficiência operacional;

g) Redução de consumo de papel;

h) Redução do consumo de água;

i) Redução do consumo de energia;

j) Índice de acesso à justiça;

k) Índice de gestão participativa;

l) Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos;

m) Índice de promoção de valores éticos e morais;

n) Índice de informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet;

o) Índice de inserções institucionais na mídia;

p) Índice de matérias institucionais positivas;

q) Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação;

r) Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação;

s) Índice de absenteísmo;

t) Índice de prevenção de saúde;

u) Índice de aderência aos padrões mínimos de TI;

v) Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica;

w) Índice de condições de trabalho;

x) Índice de aderência às metas do PETI;

y) Índice de orçamento estratégico; e,

z) Índice de execução do orçamento disponibilizado.

III – Não se aplicam ao TRE/AL:

- a) Eficiência na arrecadação de receitas;
- b) Taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau, 2º grau e Juizados); e,
- c) Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados).

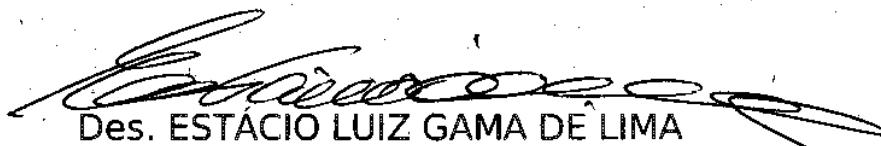
Art. 7º Compete à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, com o apoio da Direção-Geral, coordenar as atividades da gestão estratégica do Tribunal.

Parágrafo único. A Presidência, após a oitiva do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, poderá promover eventuais ajustes no planejamento estratégico do Órgão, inclusive criando, excluindo ou modificando objetivos estratégicos, projetos e metas, mas sempre em sintonia com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral.

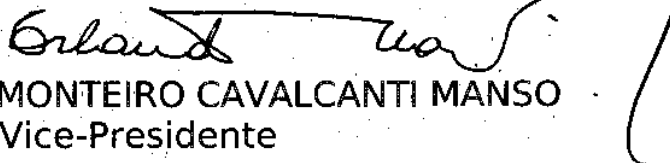
Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

Maceió, 17 de dezembro de 2009.



Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA
Presidente



Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO
Vice-Presidente





Dr. ANDRÉ LUÍS MAIA TOBIAS GRANJA
Corregedor



Dr.^a ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS
Juíza



Dr. MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO
Juiz



Dr. LUCIANO GUIMARAES MATA
Juiz



Dr. EVERALDO BEZERRA PATRIOTA
Juiz



Dr.^a NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY
Procuradora Regional Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PLANEJAMENTO

ESTRATÉGICO

TRE/AL

2010 a 2014



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

COMPOSIÇÃO (Dezembro/2009):

JUIZES EFETIVOS:

Des. ESTÁCIO LUIZ GAMA DE LIMA – Presidente
Des. ORLANDO MONTEIRO CAVALCANTI MANSO – Vice-Presidente
Dr. ANDRÉ LUIS MAIA TOBIAS GRANJA – Corregedor
Dr.^a ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS – Juíza
Dr. MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO – Juiz

JUIZES SUBSTITUTOS:

Des. SEBASTIÃO COSTA FILHO
Des. JAMES MAGALHÃES DE MEDEIROS
Dr. RAIMUNDO ALVES DE CAMPOS JÚNIOR – Juiz Federal
Dr. IVAN VASCONCELOS BRITO JÚNIOR – Juiz de Direito
Dr. PEDRO IVENS SIMÕES DE FRANÇA – Juiz de Direito
Dr. LUCIANO GUIMARÃES MATA – Jurista
Dr. EVERALDO BEZERRA PATRIOTA – Jurista

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL:

Dr.^a NIEDJA GORETE DE ALMEIDA ROCHA KASPARY – Procuradora Regional Eleitoral
Dr. PAULO ROBERTO O. DE SOUZA – Procur. Regional Eleitoral Substituto

CORPO DIRETIVO DO TRIBUNAL:

JOÃO RAMALHO DA SILVA FILHO – Diretor-Geral
JOSÉ RICARDO ARAÚJO E SILVA – Secretário de Administração
HÉLDER VALENTE DE LIMA – Secretário Judiciário
DANIEL MACEDO DE CARVALHO SOUTO – Secretário de Tecnologia da Informação
MARIA DE FÁTIMA GAMA BRENDA – Secretária de Gestão de Pessoas
MÁRCIO ROBERTO DA SILVA ALEXANDRINO – Assessor-Chefe da Corregedoria
GIANE DUARTE COELHO MOURA – Coordenadora de Controle Interno
GUILHERME APPELT – Assessor Jurídico da Presidência

NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA:

MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO – Juiz Efetivo do TRE/AL
PEDRO IVENS SIMÕES DE FRANÇA – Juiz Substituto do TRE/AL
MARCELO TENÓRIO DA COSTA – Assessor Planej. DG-TRE/AL
MÁRCIO ROBERTO DA SILVA ALEXANDRINO – Assessor-Chefe da Corregedoria
JOSÉ CARLOS DE SOUZA – Assessor Planej. SAD-TRE/AL
ROSALVO JOSÉ PONTES BARBOSA – Assessor de Gabinete SJ-TRE/AL
MÔNICA MACIEL BRAGA SOUZA – Assessora Planej. SGP-TRE/AL
TALES DE AMORIM GAMELEIRA – Assessor Planej. STI-TRE/AL
ALAIM MATOS HENRIQUES NASCIMENTO – Chefe do Cartório Eleitoral da 27^a Zona (Mata Grande/AL), representante das Zonas Eleitorais

SUMÁRIO

I Parte - APRESENTAÇÃO	4
II Parte - A ESTRATÉGIA DO TRE/AL (2010 - 2014)	7
1. Mapa Estratégico do TRE/AL	8
2. Direcionamento Institucional	9
3. Correspondência dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES e METAS	10
III Parte - MATRIZ DE INDICADORES E METAS	26
1. Alocação do Orçamento Estratégico	27
2. Índice de Execução Orçamentária	28
3. Índice de Disponibilidade de Sistemas on-line	28
4. Índice de adequação das instalações físicas	29
5. Cartórios com quantitativo adequado de servidores	29
6. Índice de requisitos no TRE/AL	30
7. Índice de alcance das Metas	30
8. Clima Organizacional	31
9. Índice de capacitação nas competências organizacionais	31
10. Índice de aderência à Agenda Ambiental	32
11. Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais	32
12. Percentual de disponibilização da íntegra das decisões (acórdãos e resoluções) proferidas no âmbito do TRE/AL na Internet	33
13. Nível de informação no momento do voto	33
14. Percentual de disponibilização das decisões proferidas no âmbito administrativo do TRE/AL na Intranet	34
15. Índice de parcerias com resultados concretos	34
16. Aproveitamento das boas práticas de gestão do TRE/AL	35
17. Aproveitamento das boas práticas de gestão do Poder Judiciário	35
18. Índice de implementação do planejamento integrado de eleição	36
19. Percentual de urnas eletrônicas substituídas	36
20. Percentual de eleitores com cadastro biométrico	37
21. Economicidade	37
22. Taxa de congestionamento judicial	38
23. Índice de agilidade no julgamento dos processos judiciais	40
24. Prestações de contas julgadas no prazo	41
25. Nível de confiança na Justiça Eleitoral	41
26. Índice de implantação do plano de capacitação	42
27. Índice de implantação do plano de comunicação institucional	42
IV Parte - FICHAS DE PROJETOS	43
1. Reformulação do Projeto MESÁRIO VOLUNTÁRIO	44
2. Reformulação do Projeto ELEITOR JOVEM	45
3. Reformulação do Projeto ELEITOR DO FUTURO	46
4. Implantação do Diário Eletrônico	47
5. Implantação do SADP Zona (Web)	48
6. Voto do Preso Provisório	49
7. Trabalho do EX-PRESIDIÁRIO nos cartórios eleitorais e na Secretaria do TRE/AL	50
8. Check-up médico	51
9. Ampliação da plataforma VOIP	52
10. Perfil de competências	53
11. Gestão documental	54
12. Infraestrutura predial	55
13. Mapeamento e padronização dos processos internos	56
14. Qualidade de vida	57
15. Implantação do Banco de Boas Práticas do TRE/AL	58
16. Implantação de Política de Comunicação Interna e Externa	59
17. Programa de Estágio de Estudantes	60
18. Re-estruturação Organizacional e Funcional do Tribunal	61
19. Rezoneamento Eleitoral	62
20. Orçamento Estratégico	63
21. Implantação de nova Plataforma de BACKBONE Secundário	64
V Parte - MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DE PROJETOS	65

APRESENTAÇÃO

O postulado da transparência do setor público, por si só, recomenda a confecção de um documento no qual constem as metas de um determinado órgão público. Afora isso, é extremamente útil traçar prioridades e objetivos, seja para facilitar a gestão da coisa pública, ou para torná-la mais eficiente.

Esse documento, denominado Planejamento Estratégico, tem o propósito de listar as principais ações buscadas pela Alta Administração deste Tribunal, com o escopo de, de forma efetiva e realística, tornar possível a manutenção dos resultados positivos já alcançados, mas, indo além, procurar melhorias da função administrativa e jurisdicional.

Todo esse conjunto de ações exigirá um grande esforço de magistrados e servidores para o seu alcance, cediço que o trabalho a ser empreendido, por vezes, implica algumas mudanças de perspectivas e aperfeiçoamento de rumo.

A Administração Pública deve expor com clareza as suas pretensões, para que se consiga que os agentes envolvidos no processo saibam, de antemão, o foco estabelecido.

Todos devem estar cientes dos caminhos a serem percorridos, o porquê dessas ações, que medidas precisam ser adotadas, como deve ser feita cada etapa de um dado projeto, quais as finalidades da Administração para o período de 2010 a 2014.

Dai a importância do planejamento estratégico, como ferramenta que propicie aos servidores e magistrados um norte de propósitos finalísticos, traçando as diretrizes necessárias à efetivação de uma boa gestão.

Para tanto, pretende-se, de início, explicitar o direcionamento institucional, fixando-se a Missão e a Visão de Futuro do Órgão e seus Valores.

Releva afirmar que este Tribunal, seguindo os bem-sucedidos modelos trilhados por outras organizações públicas e privadas, implementará seus Indicadores de Desempenho, por meio dos quais disponibilizará, com dados estatísticos, os resultados alcançados pela administração aos órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União e o Conselho Nacional de Justiça. De outra vertente, os dados serão lançados em seu sítio da Internet, para acesso de qualquer pessoa.

Esses indicadores, além de possibilitarem essa visão radiografada da Administração, permitirão a continuidade dos projetos que tenham alcançado sucesso, perpassando, assim, várias administrações com as boas práticas administrativas.

Nesse sentido, é curial assinalar que a política de recursos humanos será especialmente valorizada, com vistas à contínua reciclagem e capacitação do pessoal (juízes e servidores), além da implementação, dentro do

possível, da gestão participativa, mormente com a oitiva prévia dos agentes e colaboradores desta Justiça Especializada antes da tomada de decisões.

Aliás, frise-se que a escassez de recursos orçamentários indica que os eventos de capacitação (cursos, treinamentos e seminários), como regra, sejam realizados neste Estado, evitando o dispêndio de dinheiro público com diárias e passagens aéreas. Ademais, esses eventos realizados "in company" proporcionarão que todos os servidores e magistrados da instituição participem de, pelo menos, um evento anual de capacitação ou de reciclagem.

Nesse diapasão, será proposta a edição de ato resolutivo do Plenário deste Órgão determinando a participação dos juízes das zonas eleitorais em pelo menos um curso anual de reciclagem/capacitação em Direito Eleitoral e/ou disciplina afim, com obrigatoriedade de apresentação de artigo doutrinário; tudo isso, coordenado pela Escola Judiciária Eleitoral, servirá como condição para a permanência do Magistrado na função judicante eleitoral.

Por sua vez, emerge a necessidade de uma política imobiliária desta instituição, primeiramente visando a manter todos os cartórios eleitorais do Interior do Estado em prédios exclusivos (compra, construção ou aluguel) e custeados por esta Justiça Especializada, de modo a que este Tribunal proporcione melhor conforto e independência aos juízes eleitorais de primeira instância.

De seu turno, é certo que o Edifício-sede do Tribunal não mais comporta adequadamente seus servidores, inclusive não atendendo às normas de acesso aos portadores de deficiência física. Por isso, é que se pretende, até o final de 2014, por meio de aquisição de prédios e terrenos vizinhos, ampliar o espaço físico do Órgão. Num momento seguinte, o foco será a aquisição de um terreno para construção da nova sede da Justiça Eleitoral alagoana.

Também se constitui prioridade desta Administração dotar os cartórios eleitorais do Interior do Estado de melhores equipamentos e mobiliário em geral, uma vez que se sabe que algumas unidades cartorárias estão com mobílias bastante precárias.

Almeja-se, ainda, que o sítio da Internet do Tribunal contenha mais e melhores informações ao público em geral, mormente com pareceres, instruções e normas relevantes das diversas unidades que compõem este Tribunal (Secretaria e Cartórios Eleitorais). Haverá periódica atualização dos dados, tudo em prol de uma efetiva "gestão da informação".

Os dados referentes às estatísticas processuais serão divulgados oportunamente, seja na Internet ou no relatório anual do Órgão, procurando, ainda mais, facilitar a obtenção de informações aos interessados.

Será editado o Relatório Anual de Atividades do Tribunal, especificando, de forma sucinta, as atividades da Secretaria do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais.

Ofertar-se-á, pela primeira vez, a oportunidade para que os presos provisórios votem, já nas Eleições Gerais de 2010. Sendo que tal medida será realizada em convênio a ser firmado com os órgãos de segurança pública que atuam neste Estado.

Os principais projetos e campanhas institucionais do TRE/AL serão retomados, mormente os Projetos ELEITOR DO FUTURO e ELEITOR JOVEM, de modo que sejam gerenciados de forma ininterrupta.

O pleno êxito das campanhas anticorrupção eleitoral, encetadas em 2008, recomenda a sua salutar repetição como meta essencial da Justiça Eleitoral, constituindo-se numa importante faceta de "ativismo judicial".

Assim, a participação da Escola Judiciária Eleitoral e da Assessoria de Imprensa do TRE Alagoas será vital para a condução dessas campanhas de esclarecimento ao público.

É imperioso estimular a cooperação de todos os servidores e unidades administrativas do Tribunal, o que deve ser feito por meio de um "alinhamento estratégico centralizado", a cargo do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, recentemente instituído pelo TRE/AL.

Percebe-se que carece o Tribunal de uma melhor organização para o desempenho de suas atividades, evitando o "retrabalho" e racionalizando os seus custos operacionais.

Desse modo, esta Administração, neste Plano de Gestão, adimplindo com seus deveres legais e regimentais, elenca as prioridades institucionais deste Órgão Federal para o Período de 2010 a 2014 como forma de solucionar suas deficiências e manter a máquina administrativa funcionando eficientemente.

É justo mencionar o apoio ofertado pelo augusto Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mormente por conta da disponibilização da consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em apoio direto a este Tribunal.

Por último, ressalte-se que o presente documento procurou alinhar-se ao Planejamento Estratégico Nacional (CNJ) e da Justiça Eleitoral (TSE).

I PARTE

A Estratégia do Tribunal Regional de Alagoas

Período: 2010 a 2014

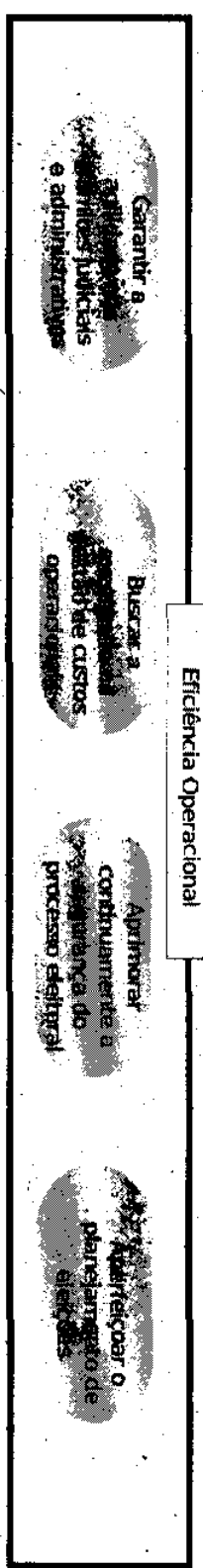
VISÃO : Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.



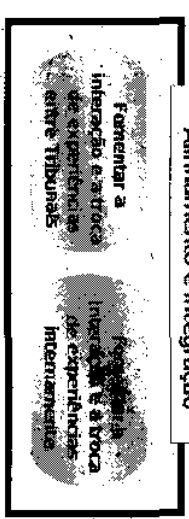
- Legitimidade pelo voto
- Legitimidade legal

- Atributos de Valor para a Sociedade
- celeridade
 - modernidade
 - acessibilidade
 - transparência
 - responsabilidade social e ambiental
 - imparcialidade
 - ética
 - probidade

Eficiência Operacional



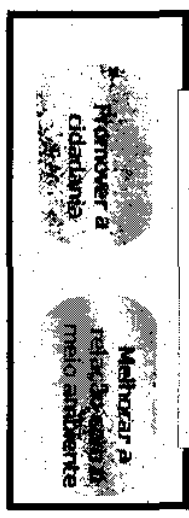
Alinhamento e Integração



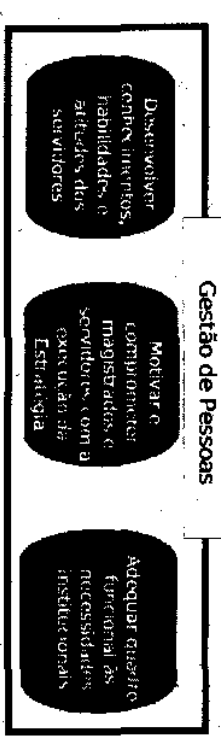
Atuação Institucional



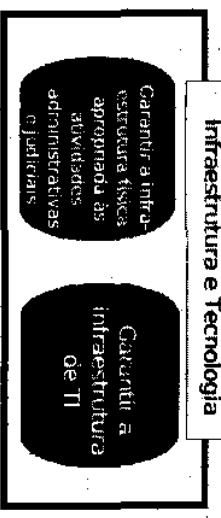
Responsabilidade Social



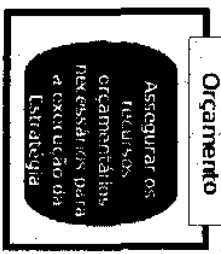
Gestão de Pessoas



Infraestrutura e Tecnologia



Orçamento



DIRECIONAMENTO INSTITUCIONAL

TRE/AL

Missão:

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Visão:

Consolidar a credibilidade da justiça eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

Atributos de Valor para a Sociedade:

- Celeridade
- Modernidade
- Acessibilidade
- Transparência
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Imparcialidade
- Ética
- Probidade

Correspondência dos OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, INDICADORES e PROJETOS

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Atender a exigência dos trâmites judiciais e administrativos.

Descrição do Objetivo:

Garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, visando assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Taxa de congestionamento judicial;
- Índice de agilidade nos julgamentos dos processos judiciais;
- Prestações de contas julgadas no prazo.

Projetos Relacionados:

- Re-estruturação organizacional e funcional do Tribunal;
- Implantação do Diário Eletrônico;
- Implementação e padronização dos processos internos;
- Gestão Documental;
- Implantação do SADI Zona.

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
12 - Taxa de congestionamento judicial	Reduzir a taxa de congestionamento para 0 (zero) até 2014, em anos não eleitorais e até 4,2 em anos eleitorais 0,999 (em 2008) no Tribunal - processos judiciais	0	0,2	0	0,2	0	<ul style="list-style-type: none"> • Re-estruturação organizacional e funcional do Tribunal • Implantação do Diário Eletrônico
13 - Índice de agilidade no julgamento dos processos judiciais	Aumentar para 100% a percentagem de processos judiciais julgados em até 60 dias, por instância, até 2014 Não mensurado	00%	50%	80%	90%	100%	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e padronização dos processos internos
14 - Prestações de contas julgadas no prazo	Julgar 100% das contas eleitorais relativas às eleições de 2010 até dezembro de 2011 Julgar 100% das contas eleitorais relativas às eleições de 2012 até dezembro de 2013 Não mensurado		100%		100%		<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Documental • Implantação do SADI Zona

Tema :

Operacional

Objetivo Estratégico:

Excelência e eficiência na gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização da gestão, a utilização de todos os materiais, bens e serviços (responsável pelo ambiente) e a melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Economicidade.

Projetos Relacionados:

- Infraestrutura predial;
- Reestruturação organizacional e funcional do Tribunal;
- Implementação do Diário Eletrônico;
- Mapeamento e padronização dos processos internos;
- Gestão Documental;
- Implantação do SAMP Zona.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
21 Economicidade	Reduzir o custo em 10% até 2014						<ul style="list-style-type: none"> • Infraestrutura predial • Reestruturação organizacional e funcional do Tribunal • Implementação do Diário Eletrônico • Mapeamento e padronização dos processos internos • Gestão Documental • Implantação do SAMP Zona
	Aumento de 2,7%	3,3%	3,0%	2,5%	3,0%	3,7%	

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

Descrição do Objetivo:

Garantir o aprimoramento contínuo da segurança do processo eleitoral, com o objetivo de prevenir ocorrências de erros em fraudes.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Percentual de urnas eletrônicas substituídas;
- Percentual de eleitores com cadastro biométrico.

Projetos Relacionados:

- Infra-estrutura mediana;
- Rezoneamento Eleitoral.

Indicador	Meta				Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2012	2014	
10 - Percentual de urnas eletrônicas substituídas	0,0%	0,8%	0,9%	7,5%	• Infra-estrutura mediana • Rezoneamento Eleitoral
10 - Percentual de eleitores com cadastro biométrico	0	7,0%	17,5%	20,0%	

Tema:

Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Aperto fiscal e planejamento de eleições

Descrição do Objetivo:

Promover a integração e a padronização dos procedimentos nas eleições

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

Índice de implementação do planejamento integrado de eleições

Projetos Relacionados:

- Mapeamento e padronização dos processos internos;
- Racionalização Eleitoral

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
Índice de implementação do planejamento integrado de eleições	Diagnóstico a prática de planejamento integrado de eleições para atingir 100% de abrangência até 2014						• Mapeamento e padronização dos processos internos • Racionalização Eleitoral
	Não mensurado	50%		80%		100%	

Tema:

Aprovemento e integração.

Objetivo Estratégico:

Aumentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.

Descrição do Objetivo:

Buscar a unidade e a integração da Justiça por meio da troca de experiências, estudos, Tribunal, compartilhamento de conhecimento, práticas e soluções para os problemas administrativos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Aproveitamento das boas práticas de gestão do Poder Judiciário

Projetos Relacionados:

- Implantação da política de comunicação interna e externa

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
27 - Aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário	Implantar, pelo menos, 02 (duas) unidades obrigadas no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário anualmente, até 2014						Implantar a política de comunicação interna e externa.
	0		1	5	8	10	

Tema:

Aprendizado e Integração

Objetivo Estratégico:

Fomentar a integração e a troca de experiências, fomentando

Descrição do Objetivo:

Rever a unidade e a integração de justiça por meio de troca de experiências e conhecimentos, compartilhando conhecimentos, práticas e soluções jurídicas e administrativas.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Aproveitamento das boas práticas de gestão do TRE/AL

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa;
- Implantação do banco de boas práticas

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
<p>Implantação de política de comunicação interna e externa;</p> <p>Implantação do banco de boas práticas</p>	0	1	2	3	4	5	<p>Implantação de política de comunicação interna e externa</p> <p>Implantação do banco de boas práticas</p>
<p>Em maio de 2010, serão concluídas as boas práticas a critério do banco de dados para divulgação na intranet.</p>							

Tema:

Atuação judicial.

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e monitorar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração da Justiça Eleitoral com os Poderes Executivo e Legislativo e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema de Justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas para viabilizar a presença dos seus objetivos: eficiência, acessibilidade e responsabilidade social.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de parcerias com resultados concretos.

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa;
- Voto do Juro provisório;
- Programa de Estágio de Estudantes.

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	
Índice de parcerias com resultados concretos	Obter resultados concretos com 100% das parcerias firmadas, inicialmente					<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de política de comunicação interna e externa • Voto do Juro provisório • Programa de Estágio de Estudantes
	100% (15 parcerias em 2009)	100%	100%	100%	100%	

Tema:

Atuação institucional.

Objetivo Estratégico:

Aprimorar a comunicação com públicos externos.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas da Justiça Eleitoral, o aprimoramento processual, os atos jurisdicionais e administrativos, os dados orçamentários e o desempenho operacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Percentual de disponibilização da íntegra das decisões (acórdãos e resoluções) proferidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas na Internet;
- Nível de informação no momento do voto;
- Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas na Internet;
- Índice de implantação do plano de comunicação institucional.

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa;
- Implantação do Diário Eletrônico.

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
17 - Percentual de disponibilização da íntegra das decisões (acórdãos e resoluções) proferidas no âmbito do TRE-AL na internet		Manter a situação atual					
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
18 - Nível de informação no momento do voto		Obter pelo menos 90% de eleitores com informação em eleições de 2014					• Implantação de política de comunicação interna e externa
	Não mensurado	80%		70%		90%	
19 - Percentual de disponibilização da íntegra das decisões proferidas no âmbito administrativo do TRE-AL na Internet		Disponibilizar a íntegra do inteiro teor de 100% das decisões proferidas no âmbito do TRE-AL em 2014					• Implantação do Diário Eletrônico
	Não mensurado	70%	70%	80%	90%	100%	
20 - Índice de implantação do plano de comunicação institucional		Implantar 100% do Plano de Comunicação Institucional					
	Não mensurado	(*)	80%	90%	95%	100%	
21 - Implantação do Plano de Comunicação							

Tema:

Responsabilidade Social

Objetivo Estratégico:

Promover a cidadania.

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento e inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da conscientização dos direitos, deveres e valores da cidadania.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa;
- Voto do preso provisório;
- Trabalho de cativeiro nas Carceres Eleitorais e secretaria do TRE/AL;
- Reformulação do Projeto Menção Voluntária;
- Reformulação do Projeto Eleitor Jovem;
- Reformulação do Projeto Eleitor do Futuro.

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	
2.1 - Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.	40%	45%	50%	55%	60%	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de política de comunicação interna e externa • Voto do preso provisório • Trabalho de cativeiro nas Carceres Eleitorais e secretaria do TRE/AL • Reformulação do Projeto Menção Voluntária • Reformulação do Projeto Eleitor Jovem • Reformulação do Projeto Eleitor do Futuro

Tema:

Assessoria Jurídica Social;

Objetivo Estratégico:

Melhorar a relação com o meio ambiente

Descrição do Objetivo:

Impor severações no sentido de preservar os recursos naturais, conscientizar as pessoas e reduzir o impacto ambiental das atividades da Justiça Eleitoral.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

• Índice de aderência à agenda ambiental;

Projetos Relacionados:

- Implantação do Diário Eletrônico;
- Gestão Documental;
- Qualidade de Vida.

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
IO - Índice de aderência à agenda ambiental	Implementar 02 (duas) ações ambientais anualmente						<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Diário Eletrônico • Gestão Documental • Qualidade de Vida
	Não mensurada	0%	4	6	8	10	

(%) Conhecimento da agenda ambiental e aderência de sua implementação por todos os servidores.

Tema:

Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes em servidores

Descrição do Objetivo:

Garantir que os Servidores possuam conhecimento, habilidades e atitudes essenciais para alcançar os objetivos estratégicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de capacitação nas competências organizacionais;

Projetos Relacionados:

- Perfil de Competências;
- Mapeamento e padronização dos processos internos;
- Implementação do Banco de Boas Práticas.

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
Índice de capacitação nas competências organizacionais	0% (não medido)	70%	75%	80%	85%	90%	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil e Competências • Mapeamento e padronização dos processos internos • Implementação do Banco de Boas Práticas.

Tema:

Costos de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Elevar o comprometimento e a motivação dos magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento e motivação dos magistrados e servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de alcance das metas;
- Clima organizacional.

Projetos Relacionados:

- Implantação de política de comunicação interna e externa;
- Infra-estrutura produtivo;
- Re-estruturação organizacional e funcional do Tribunal;
- Quantidade de Voto;
- Check-up Médico.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
7 - Índice de alcance das metas	Alcançar 100% das metas, anualmente						• Implantação de política de comunicação interna e externa.
	Não mensurável	100%	100%	100%	100%	100%	
8 - Clima organizacional	Avançar 75% na satisfação do servidor até dezembro de 2014.						• Infra-estrutura produtivo. • Re-estruturação organizacional e funcional do Tribunal. • Quantidade de Voto. • Check-up Médico.
	Não mensurável	56,0%	57,5%	59,0%	60,0%	65,0%	

Tema:

ORGANIZAÇÃO DE PESSOAS.

Objetivo Estratégico:

Adequar a estrutura funcional às necessidades institucionais.

Descrição do Objetivo:

Analisar e adequar o quantitativo e o perfil de competências de servidores da justiça eleitoral, bem como reduzir a dependência de requisitados e terceiros.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Cartórios com estado ativo adequadamente servidos.
- Índice de implantação do plano de capacitação.

Projetos Relacionados:

- Reestruturação organizacional e funcional do Tribunal;
- Perfil de Competências;
- Trabalho de Expediente nos Cartórios Eleitorais e Recenseia do TRE/AL.

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
1 - Cartórios com quantitativo adequado de servidores	0 por 100% por cartório com quantitativo adequado, em 2014						<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturação organizacional e funcional • Perfil de Competências • Trabalho de Expediente nos Cartórios Eleitorais e Recenseia do TRE/AL
2 - Índice de dependência de requisitados no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	Não mensurado	80%	70%	60%	50%	40%	
3 - Índice de dependência de requisitados no Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	26,13%	35,50%	35,00%	34,24%	34,00%	33,50%	
4 - Índice de implantação de capacitação	Realizar pelo menos 80% das ações previstas no Plano de Implantação de Capacitação						
	Não mensurado	(*)	(**)	40%	60%	80%	
(*) Implantação do perfil de competências. (**) Implantação de plano de capacitação anualmente							

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades e a limitação de custos.

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais (instalações, mobiliários) que permitam o bom desempenho das unidades do Judiciário Eleitoral, garantindo aos Magistrados e Servidores condições confortáveis e seguras, além de proteção e manutenção dos bens materiais.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de adequação das instalações físicas.

Projetos Relacionados:

- Infraestrutura predial.

Indicador	Meta					Projetos em andamento e novos	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
4 - Índice de adequação das instalações físicas	Alcançar 90% de adequação nas instalações físicas RE-AE, até dezembro de 2014	30%	60%	70%	80%	90%	Infraestrutura predial

Tema:

Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Garantir a infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI).

Descrição do Objetivo:

Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento, de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos equipamentos e sistemas essenciais à execução da estratégia (eleitorais, administrativo e judicial).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de disponibilidade de sistemas on-line

Projetos Relacionados:

- Implantação de nova plataforma de *backbone* secundário.

Indicador	Meta					Projetos em andamento	
	Linha de base	2010	2011	2012	2013		2014
Índice de Disponibilidade de sistemas on-line	Garantir 85% de disponibilidade de sistemas essenciais, diariamente	85%					Implantação de nova plataforma de <i>backbone</i> secundário
	73%	85%	85%	85%	85%	85%	

Tema:

Orçamento.

Objetivo Estratégico:

Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

Planejar ações orçamentárias visando assegurar recursos para alcançar as metas e ações necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas e planejamentos para cada iniciativa.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Alocação do orçamento estratégico;
- Índice de execução orçamentária.

Projetos Relacionados:

- Orçamento Estratégico

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
1. Alocação do orçamento estratégico	Garantir anualmente, a partir de 2011, a alocação de 10,0% dos recursos disponibilizados no orçamento para iniciativas estratégicas.						• Orçamento Estratégico
	Não mensurável	0%	100%	100%	100%	100%	
2. Índice de execução orçamentária	Realizar as ações orçamentárias em 0,1% a cada ano.						
	0,0% (ano 2009)	0,3%	0,7%	0,6%	0,50%	0,4%	

II PARTE

Matriz de Indicadores e Metas

MATRIZ DE INDICADORES E METAS

DEFINIÇÕES:

O que mede *(descreve o indicador)*

Para Que medir *(descreve as razões da escolha do indicador, sua importância)*

Quem mede *(define o responsável/ gestor do indicador)*

Quando medir *(define a periodicidade da medição)*

Onde medir *(indica as unidades/locais/sistemas envolvidos na medição)*

Como medir *(descreve a metodologia, meios/fórmulas utilizadas para calcular o indicador)*

Situação inicial *(indica o último desempenho do indicador antes de a meta ser definida, com data)*

Meta *(descreve o resultado desejado, com prazo definido)*

1. INDICADOR: ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO .	
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.	
O que mede	O percentual de recursos alocados para a execução das iniciativas previstas no planejamento estratégico.
Para que medir	Avaliar o grau de aderência do orçamento à estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.
Quem mede	Unidade de Orçamento e Finanças.
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)
Onde medir	Lei Orçamentária Anual (LOA), Créditos Orçamentários e Plano Estratégico
Como medir	Recursos Orçamentários Alocados para as Iniciativas Estratégicas (ROAI), dividido pelo Total Disponibilizado para as Iniciativas Estratégicas (TDI), multiplicado por cem. $\frac{ROAI}{TDI} \times 100$ <p>Obs1: O total disponibilizado para as iniciativas estratégicas deve ser considerado a partir da aprovação da LOA. Obs2: Iniciativas Estratégicas são aquelas indicadas no Plano Estratégico do Tribunal, as quais serão identificadas como tal no sistema orçamentário.</p>
Situação inicial	Não mensurado.
Meta	Garantir, anualmente, a partir de 2011, a alocação de 100% dos recursos disponibilizados no orçamento para iniciativas estratégicas.

2. INDICADOR: ÍNDICE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.				
Objetivo Estratégico: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da estratégia.				
O que mede	Relação entre a parcela não executada do orçamento no ano corrente e a parcela não executada do orçamento no ano anterior			
Para que medir	Verificar o grau de capacidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas para executar os recursos programados			
Quem mede	Unidade de Orçamento e Finanças			
Quando medir	Mensalmente			
Onde medir	SIAFI			
Como medir	Perda Orçamentária do Ano Anterior (POAA), menos a Perda Orçamentária do Ano Presente (POAP), dividido pela Perda Orçamentária do Ano Anterior (POAA), multiplicado por cem. $\frac{POAA - POAP}{POAA} \times 100$ <p>Obs. 1.: Perda orçamentária = recursos não executados/ dotação final Obs. 2.: Não são consideradas no cálculo as despesas com pessoal e benefícios</p>			
Situação Inicial	2006	2007	2008	
	2,00%	3,10%	0,90%	
Meta	Reduzir as perdas orçamentárias em 0,10% a cada ano.			
	2010	2011	2012	2013
	0,80%	0,70%	0,60%	0,50%
	2014	0,40%		

3. INDICADOR: ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ON-LINE.				
Objetivo Estratégico: Garantir a infraestrutura de TI.				
O que mede	A disponibilidade e estabilidade dos sistemas de TI.			
Para que medir	Para garantir o máximo de disponibilidade de sistemas essenciais.			
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação			
Quando medir	Mensal			
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas			
Como medir	Tempo de Disponibilidade de Sistemas (TDS) dividido pelo Tempo Total do Período (TTP), multiplicado por cem. $\frac{TDS}{TTP} \times 100$ <p>Obs1: Os sistemas essenciais à justiça eleitoral são: SADP/SADPWeb; Dje; Petição Eletrônico; Internet; TítuloNet; FíliaWeb; Certidão de Quitação Eleitoral; Divulgação de Resultados, Divulgação de Candidatos e Divulgação de Prestação de Contas. Obs 2. O período analisado refere-se ao horário de trabalho e os sistemas não instalados no TRE-AL não entrarão no cômputo do referido índice. Obs. 3.: Deverão ser desconsideradas as indisponibilidades previamente programadas para manutenção dos sistemas.</p>			
Situação inicial	78,00%			
Meta	Garantir 85% de disponibilidade de sistemas essenciais anualmente.			

4. INDICADOR: ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS.					
Objetivo Estratégico: Garantir a infra-estrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.					
O que mede	A qualidade dos imóveis pertencentes ou ocupados pela justiça eleitoral alagoana.				
Para que medir	Para priorizar investimentos em obras/reformas que subsidiem a melhoria dos espaços físicos do trabalho.				
Quem mede	Unidade responsável pela administração predial				
Quando medir	Anualmente (em Dezembro)				
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas				
Como medir	Sistema de Gerenciamento de Imóveis da Justiça Eleitoral (GERIM) Obs: Será definido um parâmetro no sistema pelo qual as instalações serão consideradas adequadas ou inadequadas.				
Situação inicial	Não mensurado				
Meta	Alcançar 90% de adequação nas instalações do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas até dezembro de 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	50,00%	60,00%	70,00%	80,00%	90,00%

5. INDICADOR: CARTÓRIOS COM QUANTITATIVO ADEQUADO DE SERVIDORES.					
Objetivo Estratégico: Adequar o quadro funcional às necessidades Institucionais.					
O que mede	O percentual de cartórios eleitorais com quantitativo de servidores aderente ao padrão definido				
Para que medir	Para verificar a adequação dos quadros efetivos dos cartórios e subsidiar redistribuição ou criação de cargos.				
Quem mede	Unidade de Gestão de Pessoas				
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)				
Onde medir	Em todos os cartórios eleitorais/ Sistemas de administração de pessoal				
Como medir	Total de Cartórios Eleitorais Aderentes ao Padrão (TCAP) dividido pelo Total de Cartórios Eleitorais (TC), multiplicado por cem. $\frac{TCAP}{TC} \times 100$ Obs. Até que seja fixado outro, o padrão é o definido pela lei 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, ou seja, no mínimo um analista e um técnico efetivo por cartório.				
Situação inicial	Não mensurado				
Meta	Obter 100% de cartórios com quadro adequado até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	90,00%	90,00%	95,00%	95,00%	100,00%

6. INDICADOR: ÍNDICE DE REQUISITADOS NO TRE-AL.					
Objetivo Estratégico: Adequar o quadro funcional às necessidades Institucionais.					
O que mede	O percentual de servidores requisitados em Cartórios e no Tribunal Regional Eleitoral				
Para que medir	Para avaliar a adequação da proporcionalidade da força de trabalho requisitada à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.				
Quem mede	Unidade de Gestão de Pessoas				
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)				
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas / Sistemas de administração de pessoal				
Como medir	Total de Servidores Requisitados (TSR) dividido pelo Total de Servidores Efetivos e Requisitados (TS), multiplicado por cem. $\frac{TSR}{TS} \times 100$				
Situação inicial	36,13% em 2009				
Meta	Reduzir o percentual de requisitados para 33,50% até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	35,50%	35,00%	34,50%	34,00%	33,50%

7. INDICADOR: ÍNDICE DE ALCANCE DAS METAS.					
Objetivo Estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.					
O que mede	O percentual de metas estratégicas alcançadas pelo TRE-AL				
Para que medir	Para demonstrar o grau de comprometimento das pessoas com a melhoria do desempenho.				
Quem mede	Unidade de planejamento				
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)				
Onde medir	Em todo o tribunal eleitoral				
Como medir	Total de Metas Alcançadas (TMA) dividido pelo Total de Metas Estabelecidas para o Ano (TMEA), multiplicado por 100. $\frac{TMA}{TMEA} \times 100$				
Situação inicial	Não mensurado				
Meta	Alcançar 100% das metas, anualmente.				

8. INDICADOR: CLIMA ORGANIZACIONAL.					
Objetivo Estratégico: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.					
O que mede	Percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho.				
Para que medir	Para subsidiar melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto negativo e maximizar as que causam efeito positivo.				
Quem mede	Unidade de Gestão de Pessoas				
Quando medir	Bianualmente (em novembro de anos não eleitorais)				
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas				
Como medir	Instrumento de Pesquisa de Clima Organizacional definido pela SGP do TSE.				
Situação inicial	Não mensurado				
Meta	Alcançar 75% de satisfação do servidor até dezembro de 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	50,00%	57,50%	65,00%	70,00%	75,00%

9. INDICADOR: ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS.					
Objetivo Estratégico: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.					
O que mede	Mede o grau de prontidão dos servidores com relação às competências necessárias à estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.				
Para que medir	Para avaliar a necessidade de capacitação.				
Quem mede	Unidade responsável pela gestão de pessoas				
Quando medir	Anual (em Janeiro)				
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas				
Como medir	Total de Competências Apresentadas pelos Servidores (TCS) dividido pelo Total de Competências Necessárias (TCN), multiplicado por cem. $\frac{TCS}{TCN} \times 100$				
Situação inicial	Não mensurado				
Meta	Aumentar para 90% o índice de capacitação nas competências organizacionais, até 2014				
	Obs. Núcleo deve-se-á reunir para decidir quais são as competências necessárias e, a partir daí, levantar o perfil de competências.				
	2010	2011	2012	2013	2014
70,00%	75,00%	80,00%	85,00%	90,00%	

10. INDICADOR: ÍNDICE DE ADERÊNCIA À AGENDA AMBIENTAL.	
Objetivo Estratégico: Melhorar a relação com o meio ambiente.	
O que mede	Adequação do Tribunal às exigências da agenda ambiental.
Para que medir	Para garantir a redução do impacto ambiental
Quem mede	Comissão de Educação Ambiental
Quando medir	Anualmente em janeiro
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal
Como medir	Enquete a ser estabelecida pela Comissão Ambiental
Situação inicial	Não mensurado.
Meta	2010 – Conhecimento da agenda ambiental e necessidade de sua implantação por todos os servidores e implementação de 2 ações ambientais. 2011 a 2014 – implementação de 2 ações ambientais anualmente

11. INDICADOR: NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS											
Objetivo Estratégico: Promover a cidadania.											
O que mede	Quantitativo de pessoas que participaram de projetos cujo foco seja o benefício social.										
Para que medir	Para avaliar o comprometimento do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas em ampliar sua responsabilidade social										
Quem mede	Escola Judiciária Eleitoral										
Quando medir	Anual (mês de Janeiro)										
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas										
Como medir	Número de Pessoas Beneficiadas por Projetos Sociais, coordenados por órgãos do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, no Ano Presente (PSAP) menos o Número de Pessoas Beneficiadas por Projetos Sociais no Ano Anterior (PSAA) dividido por esse último, multiplicado por cem. $\frac{(PSAP - PSAA)}{PSAA} \times 100$ <p>Obs. 1.: O CNJ definirá os critérios para se classificar um projeto como social. Obs. 2.: Enquanto não houver essa definição pelo CNJ, deverão ser considerados projetos com caráter educativo, voluntário, ambiental ou de inclusão social.</p>										
Situação inicial	Não mensurado										
Meta	Elevar em 60% a quantidade de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais até 2014.										
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2010</th> <th>2011</th> <th>2012</th> <th>2013</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>40,00%</td> <td>45,00%</td> <td>50,00%</td> <td>55,00%</td> <td>60,00%</td> </tr> </tbody> </table>	2010	2011	2012	2013	2014	40,00%	45,00%	50,00%	55,00%	60,00%
2010	2011	2012	2013	2014							
40,00%	45,00%	50,00%	55,00%	60,00%							

12. INDICADOR: PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DA ÍNTEGRA DAS DECISÕES (ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES) PROFERIDAS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS NA INTERNET.

Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo.	
O que mede	O percentual de decisões proferidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas disponibilizadas na íntegra na Internet.
Para que medir	Para garantir a disponibilidade de informação ao público externo
Quem mede	Secretaria Judiciária
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)
Onde medir	Nos sistemas de acompanhamento processual e portais de internet dos tribunais eleitorais
Como medir	Total de Processos com Inteiro Teor de decisões publicadas na íntegra (TPP) na Internet dividido pelo Total de Processos Julgados do Período (TPJ), multiplicado por cem. $\frac{TPP}{TPJ} \times 100$
Situação inicial	100,00%
Meta	Manter a situação atual

13. INDICADOR: NÍVEL DE INFORMAÇÃO NO MOMENTO DO VOTO.

Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo.							
O que mede	Mede o percentual da população avaliada que, no momento de votar, considera-se bem informada quanto aos procedimentos relativos ao exercício do voto.						
Para que medir	Para avaliar a eficácia da informação transmitida pela Justiça Eleitoral no sentido de formar eleitores mais conscientes e motivados a votar.						
Quem mede	Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TRE-AL (com auxílio de instituto de pesquisa contratado)						
Quando medir	Nos anos eleitorais						
Onde medir	Público externo de diversas cidades e público especializado, de acordo com a amostra definida na pesquisa.						
Como medir	Somatório de Avaliações Bem Informado (ABI), dividido pelo Total de Avaliações (TA), multiplicado por 100. $\frac{ABI}{TA} \times 100$						
Situação inicial	Não mensurado						
Meta	Obter pelo menos 90% de eleitores bem informados até as eleições de 2014.						
	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2010</th> <th>2012</th> <th>2014</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>80,00%</td> <td>85,00%</td> <td>90,00%</td> </tr> </tbody> </table>	2010	2012	2014	80,00%	85,00%	90,00%
2010	2012	2014					
80,00%	85,00%	90,00%					

14. INDICADOR: PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO DA ÍNTEGRA DAS DECISÕES PROFERIDAS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS NA INTRANET.					
Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com o público externo.					
O que mede	O percentual de decisões proferidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas disponibilizadas na íntegra na Intranet.				
Para que medir	Para garantir a disponibilidade de informação ao público interno				
Quem mede	Assessoria Jurídica da Presidência				
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)				
Onde medir	Nos sistemas de acompanhamento processual e portais de internet dos tribunais eleitorais				
Como medir	Total de Processos com Inteiro Teor de decisões publicadas na íntegra (TPP) na Internet dividido pelo Total de Processos Julgados do Período (TPJ), multiplicado por cem. $\frac{TPP}{TPJ} \times 100$				
Situação inicial	Não mensurado				
Meta	Disponibilizar o conteúdo do inteiro teor de 100% das decisões proferidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	60,00%	70,00%	80,00%	90,00%	100,00%

15. INDICADOR: ÍNDICE DE PARCERIAS COM RESULTADOS CONCRETOS.					
Objetivo Estratégico: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.					
O que mede	O percentual de parcerias com os demais poderes, setores e instituições ou com outros países que produziram resultados concretos para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.				
Para que medir	Avaliar o grau de efetividade das parcerias firmadas pela justiça eleitoral				
Quem mede	Diretoria-Geral				
Quando medir	Anualmente (mês de dezembro)				
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas				
Como medir	Total de Parcerias com Resultados Concretos (TPRC) dividido pelo Total de Parcerias Firmadas (TPF), multiplicado por cem. $\frac{TPRC}{TPF} \times 100$ Obs: O termo parceria engloba convênio.				
Situação inicial	100 % (15 parcerias em 2009)				
Meta	Obter resultados concretos em 100% das parcerias firmadas, anualmente.				

16. INDICADOR: APROVEITAMENTO DAS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO TRE-AL.	
Objetivo Estratégico: Fomentar a interação e a troca de experiências internamente.	
O que mede	Mede o aproveitamento do capital intelectual por meio da utilização das boas práticas de gestão divulgadas na intranet do TRE-AL
Para que medir	Para garantir a difusão de boas práticas de gestão na Justiça Eleitoral, compartilhando soluções e evitando retrabalho.
Quem mede	Assessoria de Planejamento da Direção
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
Como medir	Total de práticas implantadas pelas unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.
Situação inicial	0
Meta	Implantar pelo menos duas iniciativas divulgadas no Banco de Boas Práticas de Gestão do TRE-AL, anualmente, até 2014. 2010 – compilar as boas práticas e criação do banco de dados referentes às mesmas e divulgação na intranet 2011 a 2014 – implantação de 2 boas práticas anualmente. Obs. As boas práticas para serem inseridas no banco de dados deverão ser analisadas pelo Núcleo de Gestão e Planejamento Estratégico.

17. INDICADOR: APROVEITAMENTO DAS BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DO PODER JUDICIÁRIO.	
Objetivo Estratégico: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.	
O que mede	Mede o aproveitamento do capital intelectual por meio da utilização das boas práticas de gestão divulgadas no banco do Conselho Nacional de Justiça.
Para que medir	Para garantir a difusão de boas práticas de gestão na Justiça Eleitoral, compartilhando soluções e evitando retrabalho.
Quem mede	Assessoria de Planejamento da Direção
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)
Onde medir	Em todas as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
Como medir	Total de práticas implantadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.
Situação inicial	0
Meta	Implantar pelo menos duas iniciativas divulgadas no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário, anualmente, até 2014.

18. INDICADOR: ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO INTEGRADO DE ELEIÇÃO.			
Objetivo Estratégico: Aperfeiçoar o planejamento de eleições.			
O que mede	Grau de integração de planejamento das eleições nas diversas unidades do Tribunal.		
Para que medir	Para garantir a efetividade do planejamento e uma visão sistêmica do processo eleitoral		
Quem mede	Unidade responsável pelo planejamento estratégico		
Quando medir	Bianualmente (No mês de agosto dos anos eleitorais)		
Onde medir	Em todas as unidades do tribunal		
Como medir	Número de unidades com planejamento integrado dividido pelo número total de unidades do Tribunal multiplicado por 100 $\frac{UP}{UT} \times 100$ Obs. São consideradas unidades do Tribunal: cada cartório eleitoral individualmente, cada Secretaria, CRE, COCIN		
Situação inicial	Não mensurado.		
Meta	Difundir a prática de planejamento integrado de eleições para atingir 100% de integração até 2014		
	2010	2012	2014
	60%	80%	100%

19. INDICADOR: PERCENTUAL DE URNAS ELETRÔNICAS SUBSTITUÍDAS.			
Objetivo Estratégico: Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.			
O que mede	A quantidade de urnas eletrônicas substituídas no dia das eleições (1º e 2º turnos).		
Para que medir	Para garantir a qualidade da conservação e logística dos equipamentos utilizados, assim como evitar a possibilidade de votação manual.		
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação		
Quando medir	Bianualmente (a cada pleito – no mês de novembro)		
Onde medir	Em todas as seções de votação		
Como medir	Quantidade de urnas durante as eleições (Q-UE-SUBST) dividida pela Quantidade de urnas disponibilizadas para as eleições (Q-UE-DISP), considerando as de contingência, multiplicado por cem. $\frac{Q-UE-SUBST}{Q-UE-DISP} \times 100$		
Situação inicial	0,9% em 2008		
Meta	Garantir que a substituição de urnas fique abaixo de 0,5% até 2014.		
	2010	2012	2014
	0,80%	0,65%	0,50%

20. INDICADOR: PERCENTUAL DE ELEITORES COM CADASTRO BIOMÉTRICO.			
Objetivo Estratégico: Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.			
O que mede	A quantidade de eleitores recadastrados com coleta de foto e digitais em relação ao total da população eleitoral brasileira.		
Para que medir	Para melhorar a qualidade dos procedimentos de cadastro e reconhecimento do eleitor para evitar fraudes de identificação.		
Quem mede	Secretaria de Tecnologia da Informação		
Quando medir	Bianualmente (em Junho dos anos eleitorais)		
Onde medir	Sistema de Cadastro Nacional		
Como medir	Quantidade de eleitores com identificação biométrica (Q-ELE-BIO) dividida pela Quantidade total do eleitorado brasileiro, considerando Brasil e exterior, (Q-ELEITORADO), multiplicado por cem. $\frac{Q-ELE-BIO}{Q-ELEITORADO} \times 100$		
Situação inicial	0 em 2009		
Meta	Recadastrar 7,5% do eleitorado até 2010.		
	Recadastrar 17,5% do eleitorado até 2012.		
	Recadastrar 30% do eleitorado até 2014.		
	2010	2012	2014
	7,50%	17,50%	30,00%

21. INDICADOR: ECONOMICIDADE					
Objetivo Estratégico: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.					
O que mede	Mede a redução dos valores gastos em diversas despesas operacionais do tribunal				
Para que medir	Para identificar os pontos críticos dos gastos operacionais e buscar alternativas de racionalização.				
Quem mede	Secretaria de Administração				
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)				
Onde medir	Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI				
Como medir	Custo Operacional do Ano Anterior (COAA) menos Custo Operacional do Ano Presente (COAP), dividido pelo Custo Operacional do Ano Anterior (COAA), multiplicado por cem. $\frac{COAP - COAA}{COAA} \times 100$ Obs 1: Os custos operacionais envolvem: gastos com telefonia, energia elétrica, água, combustíveis, serviços de limpeza e segurança e material de consumo. Obs 2: O Custo Operacional do Ano Anterior (COAA) deve ser corrigido pelo valor do IPCA.				
Situação inicial ⁶	Aumento de 2,7%				
Meta	Reduzir o custo em 10% até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	3,00%	6,00%	7,50%	9,00%	10,00%

22. INDICADOR: TAXA DE CONGESTIONAMENTO JUDICIAL	
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.	
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento.
Para que medir	Verificar a capacidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas de atender à demanda de processos judiciais.
Quem mede	As unidades responsáveis pela estatística processual
Quando medir	Semestral
Onde medir	Secretaria Judiciária e cartórios eleitorais (SADP ou outro tipo de controle)
Como medir	<p>$TC_{1^{\circ}}$ – Taxa de congestionamento no 1º Grau</p> <p>Fórmula: $TC_{1^{\circ}} = 1 - (T_{Baix_{1^{\circ}}} / (CN_{1^{\circ}} + CP_{1^{\circ}}))$</p> <p>Definição das variáveis:</p> <p>$T_{Baix_{1^{\circ}}}$ – Total de Processos Baixados no 1º Grau: Número de processos decididos (baixado) no 1º Grau no período-base. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos Declaratórios e Pedidos de Reconsideração) e os recursos externos (Recurso Eleitoral).</p> <p>$CN_{1^{\circ}}$ - Casos novos de 1º Grau: Número de processos originários autuados no 1º Grau da Justiça Eleitoral no período-base, <u>excluem-se</u> os Embargos Declaratórios e os Pedidos de Reconsideração.</p> <p>Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007.</p> <p>$CP_{1^{\circ}}$ – Casos Pendentes na Justiça Eleitoral de 1º Grau: Total de processos originários autuados antes do início do período-base (semestre) e que não foram decididos (baixados) até o final do período-base anterior (estoque final do período-base anterior).</p> <p>Considera-se decidido (baixado) o processo transitado em julgado ou que foi arquivado, apensado, sobrestado ou expedido, à exceção de diligências.</p> <p>Os processos sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados novamente. Os processos remetidos ao 2º Grau não são considerados pendentes.</p>

	<p style="text-align: center;">TC_{2º} - Taxa de congestionamento no 2º Grau</p> <p>Fórmula: $TC_{2º} = 1 - (TBaix_{2º} / (CN_{2º} + CP_{2º}))$</p> <p>Definição das variáveis:</p> <p>TBaix_{2º} - Total de Processos Baixados no 2º Grau: Número de processos originários e os recursos eleitorais oriundos do 1º Grau decididos (baixados) no 2º Grau no período-base. Não são contabilizados os recursos internos (Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz auxiliar e as correições parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento).</p> <p>CN_{2º} - Casos novos de 2º Grau: Número de processos originários e os recursos eleitorais oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados no 2º Grau da Justiça Eleitoral no período-base. Excluem-se os recursos internos (Embargos Declaratórios, Agravos Regimentais, Pedidos de Reconsideração, os recursos contra decisão monocrática de juiz auxiliar e as correições parciais) e os recursos externos (Recursos Ordinários, Recursos Especiais Eleitorais e Agravos de Instrumento). Devem ser consideradas todas as classes definidas pela Resolução TSE nº 22.676/2007.</p> <p>CP_{2º} - Casos Pendentes no 2º Grau: Total de processos originários e os recursos eleitorais oriundos da Justiça Eleitoral de 1º Grau, autuados antes do início do período-base (semestre) e que não foram decididos (baixados) até o final do período-base anterior (estoque final do período-base anterior).</p> <p>Considera-se decidido (baixado) o processo transitado em julgado ou que foi arquivado, apensado, sobrestado ou expedido, à exceção de diligências.</p> <p>Os processos sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados novamente.</p> <p>Os processos remetidos ao 2º Grau não são considerados pendentes.</p> <p>Obs. O núcleo de Gestão e Planejamento Estratégico indicará quais os processos a serem computados como judiciais e como administrativos. Obs.2. A taxa de congestionamento é obtida pela fórmula $TC = 1 - LIT$. Obs.3. As taxas acima devem ser aplicadas também aos processos administrativos.</p>
Situação inicial	0,1991 (em 2008) no Tribunal – processos judiciais.
Meta	Reduzir a taxa de congestionamento para 0 até 2014, em anos não eleitorais e até 0,2 em anos eleitorais.

23. INDICADOR: ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO DOS PROCESSOS JUDICIAIS.					
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos					
O que mede	O percentual de processos judiciais finalizados dentro de um ano, por instância, em relação ao total de processos finalizados.				
Para que medir	Garantir a efetividade das decisões do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, evitando que a demora do julgamento reduza os efeitos da decisão ou provoque a perda do objeto.				
Quem mede	Secretaria Judiciária e os cartórios eleitorais				
Quando medir	Mensalmente				
Onde medir	Sistema de Acompanhamento Processual				
Como medir	<p>Total de Processos Judiciais Finalizados com Prazo de Tramitação Inferior a Um Ano (TPJP1) dividido pelo Total de Processos Judiciais Finalizados (TPJF), multiplicado por cem.</p> $\frac{TPJP1}{TPJF} \times 100$ <p>Obs1: Os resultados serão mensurados por instância. Obs2: Considera-se Processo Finalizado aquele com decisão definitiva de mérito na instância (transitado em julgado ou com recurso para instância superior). Obs3: O prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de protocolo do processo até o momento da expedição/arquivo.</p>				
Situação inicial	Não mensurado.				
Meta	Aumentar para 100% o percentual de processos judiciais julgados em até um ano, por instância, até 2014.				
	2010	2011	2012	2013	2014
	80,00%	85,00%	90,00%	95,00%	100,00%

24. INDICADOR: PRESTAÇÕES DE CONTAS JULGADAS NO PRAZO	
Objetivo Estratégico: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	
O que mede	O percentual das prestações de contas eleitorais julgadas dentro do prazo determinado no calendário eleitoral.
Para que medir	Garantir a agilidade do controle, tendo em vista a relevância dos resultados dos julgamentos.
Quem mede	Secretaria Judiciária
Quando medir	Bianualmente (mês de Janeiro dos anos eleitorais)
Onde medir	Sistema de Acompanhamento das Contas ou Contagem física
Como medir	Total de Prestações de Contas Julgadas (PCJ), dividido pelo Total de Prestações de Contas (TPC), multiplicado por cem. $\frac{PCJ}{TPC} \times 100$ Total de Prestações de Contas dos Candidatos Não-Eleitos Julgadas (PCNEJ), dividido pelo Total de Prestações de Contas dos Candidatos Não-Eleitos (TPCCNE), multiplicado por cem. $\frac{TPCCNEJ}{TPCCNE} \times 100$ Obs: Entram na contagem somente os processos referentes às contas eleitorais Obs2. As Prestações de Contas dos candidatos não-eleitos terão como prazo subentendido 1 (um) ano.
Situação inicial	Não mensurado
Meta	Julgar 100% das contas eleitorais (relativas às eleições de 2010) até dezembro de 2011. Julgar 100% das contas eleitorais (relativas às eleições de 2012) até dezembro de 2013.

25. INDICADOR: NÍVEL DE CONFIANÇA NA JUSTIÇA ELEITORAL.	
Objetivo Estratégico: Garantir a legitimidade e credibilidade do processo eleitoral.	
O que mede	A posição do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas no ranking do nível de confiança nas instituições.
Para que medir	Para avaliar comparativamente a credibilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas com a sociedade brasileira.
Quem mede	Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (com auxílio de instituto de pesquisa contratado)
Quando medir	Bianualmente
Onde medir	Público externo de diversas cidades e público especializado, de acordo com a amostra definida na pesquisa.
Como medir	Avaliações Confia Totalmente (ACT) mais Avaliações Confia em Parte (ACP) menos Avaliações Não Confia (ANC). $ACT + ACP - ANC$ Obs. Na pesquisa são incluídas as pontuações de outras instituições para que possa haver a análise comparativa em um ranking.
Situação inicial	Não mensurado
Meta	Obter o 1º lugar no ranking de confiança nas instituições públicas de Alagoas até 2014

26. INDICADOR: ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE CAPACITAÇÃO	
Objetivo Estratégico: Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.	
O que mede	O percentual do plano de capacitação executado anualmente
Para que medir	Garantir a capacitação dos servidores nas competências organizacionais.
Quem mede	Secretaria de Gestão de Pessoas
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)
Onde medir	Perfil de Competência e Plano de Capacitação
Como medir	Número de ações realizadas para capacitação dividido pelo número de ações previstas no Plano de Capacitação Obs1: O número de ações deve ser relativizado pelo número de servidores atingidos.
Situação inicial	Não mensurado
Meta	2010 – implantação do perfil de competências 2011 – implantação de plano de capacitação anualmente 2012 a 2014 – realizar pelo menos 80% das ações previstas no plano de capacitação

27. INDICADOR: ÍNDICE DE IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	
Objetivo Estratégico: Aprimorar a comunicação com públicos externos.	
O que mede	O percentual do plano de comunicação institucional executado anualmente
Para que medir	Garantir a comunicação institucional ampla
Quem mede	Assessoria de Comunicação
Quando medir	Anualmente (em Janeiro)
Onde medir	Plano de Comunicação
Como medir	Número de ações realizadas para comunicação dividido pelo número de ações previstas no Plano de Comunicação
Situação inicial	Não mensurado
Meta	2010 – implantação do plano de comunicação 2011 – realização de 80% das ações previstas 2012 – 90% 2013 – 95% 2014 - 100%

III PARTE

Fichas de Projetos

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Reformulação do Projeto Mesário Voluntário

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Promover a conscientização da importância do voto, por meio de ações continuadas de educação política e melhorar a qualidade do serviço de mesário.

O projeto abrangerá o Estado de Alagoas com a participação de todos os cartórios eleitorais, na disseminação de informações educativas à população e captação de novos mesários voluntários.

2 - Alinhamento Estratégico

Temas: Responsabilidade Social / Atuação Institucional

Objetivos: Promover a Cidadania / Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Setores e Instituições.

3 - Clientes do Projeto

Universitários e estudantes do Ensino Médio.

A gerência do projeto caberá à Escola Judiciária Eleitoral (EJE-TRE/AL).

4 - Justificativa

Necessidade de desenvolver as finalidades institucionais da Escola Judiciária Eleitoral relacionadas ao público externo.

É relevante perceber a baixa instrução e a falta de cultura política no eleitorado alagoano, de modo que a qualidade do voto, baseado em critérios de liberdade de escolha e de consciência da responsabilidade política do cidadão, demandam atividades educativas a fim de proporcionar acesso de informações educativas à população.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Reformulação do Projeto ELEITOR JOVEM

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Promover, com ênfase em anos eleitorais, a conscientização da importância do voto para os jovens eleitores.

O projeto abrangerá o Estado de Alagoas com a participação de todos os cartórios eleitorais, na disseminação de informações educativas à população.

2 - Alinhamento Estratégico

Temas: Responsabilidade Social / Atuação Institucional.

Objetivos: Promover a Cidadania / Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Setores e Instituições.

3 - Clientes do Projeto

Eleitores que exercerão o direito de voto pela primeira vez (idade entre 16 e 20 anos).

A gerência do projeto caberá à Escola Judiciária Eleitoral (EJE-TRE/AL).

4 - Justificativa

Conscientizar os jovens eleitores sobre a importância do voto livre e soberano, bem como acerca das consequências desse poder/dever de eleger pessoas que representarão o povo para um mandato político. Conscientização política no sentido de se evitar a venda do voto.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Reformulação do Projeto ELEITOR DO FUTURO

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Promover a conscientização da importância do voto por meio de ações continuadas de educação de adolescentes com idade entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos.

O projeto abrangerá o Estado de Alagoas com a participação de todos os cartórios eleitorais, na disseminação de informações educativas à população.

2 - Alinhamento Estratégico

Temas: Responsabilidade Social / Atuação Institucional.

Objetivos: Promover a Cidadania / Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, Setores e Instituições.

3 - Clientes do Projeto

Adolescentes com idade entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos.

A gerência do projeto será coordenada pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE).

4 - Justificativa

Necessidade de desenvolver as finalidades institucionais da Escola Judiciária Eleitoral relacionadas aos futuros eleitores, de modo a conscientizá-los, o quanto antes, sobre a importância do voto, consequências, a prevenção contra a corrupção eleitoral.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Implantação do Diário Eletrônico.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

A implantação do Diário Eletrônico tem por fim maior a rapidez na realização de atos processuais que careçam de intimação das partes, além de reduzir gastos com publicações.

2 - Alinhamento Estratégico

Temas: Eficiência Operacional, / Atuação Institucional / Responsabilidade Social.

Objetivos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aprimorar a comunicação com públicos externos / Melhorar a relação com o meio ambiente.

3 - Clientes do projeto

Jurisdicionados.

A gerência do projeto caberá à Secretaria Judiciária.

4 - Justificativa

As publicações e intimações por meio do Diário eletrônico proporcionarão menor prazo para tramitação dos processos e ganhos ambientais.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Implantação do SADP Zona (Web).

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Implantar o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), que sistematiza e informatiza o andamento dos documentos e processos nas Zonas Eleitorais.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Eficiência Operacional

Objetivos: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

3 - Clientes do projeto

Cartórios Eleitorais.

A gerência do projeto caberá à Corregedoria Regional Eleitoral.

4 - Justificativa

Não há controle informatizado dos documentos e processos que tramitam pelas ZE's, o que gera grande dificuldade de geri-los e de apresentar estatísticas confiáveis sobre eles.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Voto do preso provisório

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Garantir aos presos provisórios o direito constitucional de votar.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Atuação Institucional / Responsabilidade Social

Objetivos: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições / Promover a cidadania.

3 - Clientes do projeto

Presos provisórios.

A gerência do projeto caberá à Direção-Geral.

4 - Justificativa

O preso provisório não teve nenhuma penalidade em seus direitos políticos que os impeça de votar, sendo importante/primordial que a Justiça Eleitoral garanta a todos, indistintamente, o exercício desse direito.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Trabalho do ex-presidiário nos Cartórios Eleitorais e Secretaria do TRE/AL.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Contratar EX-PRESIDIÁRIOS, via terceirização de mão-de-obra, para trabalharem nos cartórios eleitorais e na Secretaria do Tribunal.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Responsabilidade Social / Gestão de Pessoas.

Objetivos: Promover a cidadania / Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.

3 - Clientes do projeto

Ex-presidiários.

A gerência do projeto caberá à Direção-Geral.

4 - Justificativa

Os ex-presidiários têm grande dificuldade em se reinserirem na sociedade, pois são vistos com grande discriminação. Ademais, a contratação deles suprirá a carência de pessoal nas zonas eleitorais (serviços administrativos, de limpeza e outros) e na própria Secretaria do TRE/AL. Adicione-se, ainda, que esse projeto está em sintonia com o Projeto COMEÇAR DE NOVO, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Check-up médico.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Estabelecer uma rotina de check-up médico anual.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

3 - Clientes do projeto

Servidores do TRE-AL.

A gerência do projeto caberá à Coordenadoria de Assistência Médica.

4 - Justificativa

A verificação anual e preventiva da saúde dos servidores permitirá um diagnóstico inicial de possíveis doenças ou divulgará formas de evitá-las, evitando o afastamento do servidor de suas atividades laborais, além de promover o seu bem estar.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Ampliação da plataforma VOIP.

1 - Escopo ou finalidade do projeto:

Melhorar a linha de comunicação para viabilizar a utilização da tecnologia VOIP.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

3 - Clientes do projeto

Cartórios eleitorais e unidades do TRE-AL.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação.

4 - Justificativa

O volume de ligações telefônicas entre os cartórios e a sede é alto, compensando a instalação do sistema VOIP.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Perfil de competências.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Implementar o perfil de competências do Tribunal, aqui englobadas as necessárias e existentes.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores / Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.

3 - Clientes do projeto

Servidores do TRE-AL.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas.

4 - Justificativa

O perfil de competências é ferramenta fundamental para que a instituição saiba o que detém de conhecimentos e os que são necessários, além de permitir a implantação de um eficaz plano de capacitação.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Gestão Documental

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Este projeto, para implantação da gestão documental, tem por objeto o estabelecimento de tabela de temporalidade, classificação de documentos, métodos de arquivamento e posterior digitalização dos documentos e processos.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Eficiência Operacional / Responsabilidade Social

Objetivo: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Melhorar a relação com o meio ambiente.

3 - Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal.
A gerência do projeto caberá à Secretaria Judiciária.

4 - Justificativa

Não há, hoje, o estabelecimento de regras de temporalidade de documentos ou métodos de arquivamento, sendo alto o custo para guarda e manuseio desses documentos, além de não haver uma padronização.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Infraestrutura predial.

1. Escopo ou finalidade do projeto

Tem por objeto a definição de modelo padrão de cartório eleitoral e adequar todas os prédios (Secretaria e cartórios) às necessidades institucionais.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Eficiência Operacional / Gestão de Pessoas / Infraestrutura e Tecnologia

Objetivos: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia / Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais.

3 - Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal e público externo.
A gerência do projeto caberá à Secretaria de Administração.

4 - Justificativa

Os prédios da Justiça Eleitoral em Alagoas não têm um padrão definido para os cartórios eleitorais, e muitos de seus edifícios não estão compatíveis com as exigências funcionais e da população (usuários do serviço eleitoral).

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Mapeamento e padronização dos processos internos.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Este projeto tem por objeto o conhecimento das rotinas de trabalho e o estabelecimento de padrão para as atividades repetitivas.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Eficiência Operacional / Gestão de Pessoas

Objetivo: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aperfeiçoar o planejamento de eleições / Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

3 - Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal.
A gerência do projeto caberá ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

4 - Justificativa

O mapeamento e padronização dos trabalhos possibilitarão uma eficiência operacional em todas as unidades, bem como facilitará o treinamento dos servidores e o planejamento de qualquer rotina.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Qualidade de vida.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Tem por objeto estabelecer e difundir ideias de melhoria de qualidade de vida.

2 - Alinhamento Estratégico.

Tema: Responsabilidade Social / Gestão de Pessoas.

Objetivos: Melhorar a relação com o meio ambiente / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

3 - Clientes do projeto

Servidores e magistrados do TRE-AL.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas.

4 - Justificativa

A crescente presença de situações estressantes e o cuidado com o meio ambiente devem ser alvo de ações para desenvolver ideias e atitudes compatíveis com uma melhor qualidade de vida.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Implantação do Banco de Boas Práticas.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Estabelecer a troca de experiências bem sucedidas entre as diversas unidades do Tribunal.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Alinhamento e Integração / Gestão de Pessoas.

Objetivo: Fomentar a interação e a troca de experiências internamente / Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos servidores.

3 - Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal.

A gerência do projeto caberá ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

4 - Justificativa

Algumas grandes ideias, postas em prática por alguns servidores, não são de conhecimento dos demais e poderiam ser também aplicadas em diversas unidades do Tribunal.

FICHA DE PROJETO

PROJETO Implantação de Política de Comunicação Interna e Externa

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Tem por objeto a divulgação (interna e externa) dos atos institucionais.

2 - Alinhamento Estratégico:

Temas: Alinhamento e Integração / Atuação Institucional / Responsabilidade Social / Gestão de Pessoas

Objetivos: Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais / Fomentar a interação e a troca de experiências internamente / Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições / Aprimorar a comunicação com públicos externos / Promover a cidadania / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia.

3 - Clientes do projeto

Servidores, magistrados e sociedade em geral.
A gerência do projeto caberá à Assessoria de Imprensa.

4 - Justificativa

Diversas são as ações do TRE-AL que não chegam ao conhecimento dos seus servidores e magistrados nem da população. A divulgação de tais ações influenciará positivamente na imagem da instituição e no futuro estabelecimento de parcerias.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Programa de Estágio de Estudantes.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Implementar programa de estágio em algumas unidades do Tribunal.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Atuação Institucional

Objetivo: Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

3 - Clientes do projeto

Alunos concluintes de cursos superiores.
A gerência do projeto caberá à Secretaria de Gestão de Pessoas.

4 - Justificativa

Aproximar o cidadão ao TRE-AL; dar oportunidade aos jovens estudantes de ensino superior acerca de experiências e práticas relacionadas à sua formação.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Re-estruturação organizacional e funcional do Tribunal.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Tem por objeto conhecer detalhadamente as unidades administrativas que compõem o Tribunal e re-estruturar o Órgão a partir desse levantamento.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Eficiência Operacional / Gestão de Pessoas

Objetivo: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos / Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia / Adequar quadro funcional às necessidades institucionais.

3 - Clientes do projeto

Unidades do Tribunal.

A gerência do projeto caberá ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

4 - Justificativa

Sem o conhecimento detalhado do serviço de cada seção/coordenadoria/secretaria não há como se medir a adequação da força de trabalho disponível, restando por desequilibrada a distribuição dos servidores, seja quantitativa, seja qualitativamente (por competência).

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Rezzoneamento Eleitoral

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Proporcionar uma melhor distribuição dos municípios alagoanos em zonas eleitorais.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Eficiência Operacional.

Objetivos: Buscar a excelência na gestão de custos operacionais / Aperfeiçoar o planejamento de eleições / Aprimorar continuamente a segurança do processo eleitoral.

3 - Clientes do projeto

Eleitores.

A gerência do projeto caberá à Presidência do Tribunal.

4 - Justificativa

A atual distribuição zonal em Alagoas está discrepante, com ZE's muito grandes ou com grande número de eleitores, em detrimento de outras, com eleitorado ínfimo ou composta por um único município.

FICHA DE PROJETO

PROJETO Orçamento Estratégico

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Garantir a aprovação dos projetos/ações em prazo suficiente para incluí-los no orçamento.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Orçamento.

Objetivo: Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia.

3 - Clientes do projeto

Todas as unidades do Tribunal.
A gerência do projeto caberá ao Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

4 - Justificativa

Para assegurar a dotação orçamentária necessária, os projetos estratégicos têm de ser aprovados em tempo suficiente para sua inclusão no orçamento e de maneira fundamentada, evitando que sofra cortes orçamentários.

FICHA DE PROJETO

PROJETO: Implantação de nova plataforma de *backbone* secundário.

1 - Escopo ou finalidade do projeto

Melhorar a comunicação de dados, voz, mensageria, controle e priorização de serviços da infraestrutura de rede do TRE-AL.

2 - Alinhamento Estratégico:

Tema: Infraestrutura e Tecnologia.

Objetivo: Garantir a infraestrutura de TI.

3 - Clientes do projeto

Unidades do Tribunal e cartórios eleitorais.

A gerência do projeto caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação.

4 - Justificativa

A implantação desta nova plataforma irá melhorar a qualidade da comunicação entre os cartórios eleitorais e o Tribunal.

IV PARTE

Matriz de Priorização de Projetos

Anexo 4 – Matriz de Priorização de Projetos

Projeto	SOMATORIO		Gerir e administrar os tribunais judiciais e administrativos	Disseminar e difundir no âmbito de atuação as melhores práticas	Assegurar o cumprimento e a segurança do processo judicial	Assegurar o planejamento das atividades	Manter a interação e a troca de informações entre Tribunais	Promover a integração entre os tribunais	Promover a integração com outros órgãos	Promover a divulgação e o acesso à informação	Desenvolver e implementar iniciativas de inovação tecnológica	Motivar e estimular magistrados e servidores para a execução do Plano Estratégico	Assegurar a qualidade das informações	Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais	Garantir a infraestrutura de TI	Assegurar os recursos orçamentários necessários para a execução da programação
	1	2														
1																
2																
3																
4																
5																
6																
7																
8																
9																
10																
11																
12																
13																
14																
15																
16																
17																
18																
19																
20																
21																
22																
23																
24																
25																
26																
27																
28																
29																
30																
31																
32																
33																
34																
35																
36																
37																
38																
39																
40																
41																
42																
43																
44																
45																
46																
47																
48																
49																
50																
51																
52																
53																
54																
55																
56																
57																
58																
59																
60																
61																
62																
63																
64																
65																
66																
67																
68																
69																
70																
71																
72																
73																
74																
75																
76																
77																
78																
79																
80																
81																
82																
83																
84																
85																
86																
87																
88																
89																
90																
91																
92																
93																
94																
95																
96																
97																
98																
99																
100																



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
SECRETARIA JUDICIÁRIA
COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E REGISTROS PLENÁRIOS**

CERTIDÃO DE CONFERÊNCIA E PUBLICAÇÃO

Certifico que a Resolução nº 14992, de 17/12/09, foi conferida na 95ª sessão, realizada na mesma data, e publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 21/12/09, à(s) fl(s) 29/30. Eu, Luciano R, lavrei a presente certidão, em Maceió, em 07/01/2010, que vai assinada pela Coordenadora de Acompanhamento e Registros Plenários.



Coordenadora de Acompanhamento e
Registros Plenários